

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Goiás Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Goiás Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel Nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiás Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel Nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria societária

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis societárias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 26 de janeiro de 2023.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC n° 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC n° 1 RS 074562/O-3

Goiás Transmissão S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022*(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021	Passivo	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.029	15.434	Fornecedores	9	1.324	1.300
Concessionárias e permissionárias	6	8.772	7.793	Debêntures	10	30.399	27.979
Almoxarifado operacional		473	473	Impostos correntes a pagar		1.810	1.379
Outros ativos circulantes		<u>341</u>	<u>344</u>	Dividendos declarados	13.c	16.140	21.621
Total do ativo circulante		<u>22.615</u>	<u>24.044</u>	Outros passivos circulantes	11	<u>2.765</u>	<u>4.217</u>
Ativo não circulante				Total do passivo circulante			
Aplicações financeiras	5	23.064	18.540			<u>52.438</u>	<u>56.496</u>
Depósitos judiciais e cauções		122	122	Passivo não circulante			
Imobilizado	7.1	400.767	395.691	Debêntures	10	291.325	296.119
Intangível	7.2	<u>16.317</u>	<u>16.317</u>	Provisão para riscos	12	13	11
Total do ativo não circulante		<u>440.270</u>	<u>430.670</u>	Dividendos declarados		<u>24.232</u>	<u>-</u>
				Total do passivo não circulante			
						<u>315.570</u>	<u>296.130</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13.a	174.095	174.095
				Reservas de lucro	13.b	221.488	161.285
				Prejuízos acumulados		<u>(300.706)</u>	<u>(233.292)</u>
				Total do patrimônio líquido			
						<u>94.877</u>	<u>102.088</u>
Total do ativo				Total do patrimônio líquido e total do passivo			
		<u>462.885</u>	<u>454.714</u>			<u>462.885</u>	<u>454.714</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Goiás Transmissão S.A.
CNPJ: 11.708.279/0001-89
Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		82.410	71.112
Tributos			
PIS	15.a	(536)	(462)
COFINS	15.a	(2.472)	(2.133)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(671)	(600)
Reserva Global de Reversão - RGR		(2.090)	(1.819)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(91)	(103)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(383)	(368)
Receita líquida		76.167	65.627
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Remuneração de pessoal		(1.343)	(1.027)
Remuneração de administradores	8.a	(769)	(641)
Material		(101)	(495)
Serviços de terceiros		(7.707)	(8.138)
Arrendamento e aluguéis		(84)	(179)
Seguros		(442)	(306)
Provisões		(2)	(11)
(-) Recuperação de despesas		406	115
Tributos		(33)	(174)
Depreciação e amortização		(13.042)	(15.031)
Outras receitas e despesas operacionais		(1.063)	(990)
Resultado da Atividade		51.987	38.750
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	14	(41.560)	(36.147)
Receitas financeiras	14	5.421	2.708
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		15.848	5.311
Imposto de renda	15.b	(2.943)	(2.075)
Contribuição social	15.b	(1.365)	(1.011)
Lucro líquido do exercício		11.540	2.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Goiás Transmissão S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	11.540	2.225
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>11.540</u>	<u>2.225</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Goiás Transmissão S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>315.195</u>	<u>20.865</u>	<u>71.068</u>	<u>(144.564)</u>	<u>262.564</u>
Redução de capital	(141.100)	-	-	-	(141.100)
Resultado do exercício	-	-	-	2.225	2.225
Destinação do resultado do exercício					
Constituição reserva legal	-	4.548	-	(4.548)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(21.601)	(21.601)
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	64.804	(64.804)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>174.095</u>	<u>25.413</u>	<u>135.872</u>	<u>(233.292)</u>	<u>102.088</u>
Resultado do exercício	-	-	-	11.540	11.540
Destinação do resultado do exercício					
Constituição reserva legal	-	3.948	-	(3.948)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(18.751)	(18.751)
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	56.255	(56.255)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>174.095</u>	<u>29.361</u>	<u>192.127</u>	<u>(300.706)</u>	<u>94.877</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Goiás Transmissão S.A.
CNPJ: 11.708.279/0001-89
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	11.540	2.225
Ajustes em:		
Juros dos empréstimos	-	6.928
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	40.638	28.654
Provisão para contingências	2	11
Depreciação	13.042	15.031
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Concessionárias e permissionárias	(979)	(1.048)
Outros ativos	3	67
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	24	(1.045)
Impostos e contribuições sociais	3.387	2.428
Outras passivos	(1.452)	(834)
Juros pagos	(20.945)	(20.988)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.956)	(2.023)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	42.304	29.406
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(18.118)	(512)
Aplicações financeiras - Depósito em garantia	(4.524)	(10.787)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(22.642)	(11.299)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de debêntures	-	314.388
Pagamento de empréstimos - principal	(22.067)	(168.852)
Redução de capital	-	(141.100)
Dividendos pagos	-	(16.604)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(22.067)	(12.168)
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.405)	5.939
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	15.434	9.495
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	13.029	15.434
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.405)	5.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.2 Contexto operacional

A Goiás Transmissão S.A. (“GOT” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo consórcio Goiás Transmissão, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49%) e Gebbras Participações Ltda (51%), vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de linhas de transmissão localizadas no Estado de Goiás.

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante da Companhia está excedendo o ativo circulante em R\$ 29.823, basicamente decorrente do saldo de dividendos a distribuir e da parcela de curto prazo das debêntures. A expectativa da administração é de que esses dividendos sejam distribuídos à medida que a geração de caixa for ocorrendo ao longo do prazo do próximo exercício e quanto as debêntures o banco depositário faz mensalmente a transferência para a conta reserva do valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação do serviço da dívida, até que os montantes nela depositados correspondam ao valor do pagamento da próxima parcela de amortização do valor atualizado, acrescido da remuneração.

Em 31 de dezembro de 2022, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

1.3 Da concessão

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2010 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- (i) LT 500 kV, CD SE Rio Verde Norte - SE Trindade.
- (ii) LT 230 kV CD SE Trindade - SE Xavantes.
- (iii) LT 230 kV CS SE Trindade - SE Carajás.
- (iv) Subestação Trindade em 500/230 kV.
- (v) Entradas de linha, interligação de barras, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações acima entraram em operação comercial em outubro de 2013. A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.067/2022, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2022-2023, é de R\$ 85.356, incluindo os impostos reembolsáveis. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos do reajuste tarifário quando os mesmos são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Reserva Geral de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração estima que o valor de indenização é de R\$ 121.733, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº. 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas na Nota Explicativa nº 20, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis regulatórias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Data de aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 11 de abril de 2023.

3 Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as políticas contábeis regulatórias descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

a. Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com o Contrato de Concessão através da Receita Anual Permitida (RAP) emitida pela ANEEL por meio das Resoluções Homologatórias.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Debêntures”, “Dividendos” e “Obrigações Estimadas”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL).

e. Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

f. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos intangíveis em curso durante o período de formação do ativo.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

h. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

i. Impostos e contribuições

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. A despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

j. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

k. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

l. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na demonstração de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	5	3
Bancos	329	258
Aplicações financeiras	12.695	15.173
Total	13.029	15.434

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	CDB	98% CDI	12.695	15.173
Total			12.695	15.173

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 17.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito)

Referem-se a aplicações restritas para garantia dos contratos de debêntures, o banco depositário fará mensalmente a transferência para a conta reserva do valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação do serviço da dívida, até que os montantes nela depositados correspondam ao valor do pagamento da próxima parcela de amortização do valor atualizado, acrescido da remuneração. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	TOP DI FIC	112,36% CDI (*)	23.064	18.540
Total			<u>23.064</u>	<u>18.540</u>

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 17.

6 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	8.772	7.793
Total	<u>8.772</u>	<u>7.793</u>

7 Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

7.1 Imobilizado

	Valor custo em 31/12/2021	Adições	Valor do custo em 31/12/2022	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo imobilizado em serviço						
Transmissão	497.911	15	497.926	(132.857)	365.069	378.043
Terrenos	670	-	670	-	670	670
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.196	-	8.196	(2.456)	5.740	6.013
Máquinas e equipamentos	488.949	15	488.964	(130.347)	358.617	371.312
Móveis e utensílios	96	-	96	(54)	42	48
Administração	1.014	17	1.031	(491)	540	576
Edificações, obras civis e benfeitorias	113	-	113	(41)	72	76
Máquinas e equipamentos	374	17	391	(125)	266	270
Veículos	76	-	76	(76)	-	-
Móveis e utensílios	451	-	451	(249)	202	230
Subtotal	498.925	32	498.957	(133.348)	365.609	378.619
Ativo imobilizado em curso						
Transmissão	17.072	18.086	35.158	-	35.158	17.072
Máquinas e equipamentos	-	11.711	11.711	-	11.711	-
A ratear	3.313	5.855	9.168	-	9.168	3.313
Material em depósito	11.760	520	12.280	-	12.280	11.760
Depósitos judiciais	1.999	-	1.999	-	1.999	1.999
Subtotal	17.072	18.086	35.158	-	35.158	17.072
Total do ativo imobilizado	515.997	18.118	534.115	(133.348)	400.767	395.691

Demonstração da depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021			2021
		Bruto	Depreciação e amortização acumulados	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Custo histórico	3,36%	497.926	(132.857)	365.069	378.043
Administração					
Custo histórico	9,50%	1.031	(491)	540	576
		498.957	(133.348)	365.609	378.619

Principais taxas de depreciação

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Autotransformadores	2,86%
Barramentos	2,50%
Chave Seccionadora	3,33%
Disjuntor	3,03%
Edificações	3,33%
Para-raios	4,17%
Torres autoportantes	2,70%
Administração	
Máquinas e equipamentos	16,67%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

7.2 Intangível

	Valor custo em 31/12/2021	Adições	Transferências	Valor custo em 31/12/2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo intangível em serviço							
Transmissão	16.313	-	-	16.313	-	16.313	16.313
Servidões	16.313	-	-	16.313	-	16.313	16.313
Administração	37	-	-	37	(33)	4	4
Softwares	33	-	-	33	(33)	-	-
Outros	4	-	-	4	-	4	4
Subtotal	16.350	-	-	16.350	(33)	16.317	16.317
Total do ativo intangível	16.350	-	-	16.350	(33)	16.317	16.317

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Prestação de serviços com Furnas Centrais Elétricas

A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017 e o saldo em aberto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.190), refere-se à provisão do valor após o encerramento do contrato.

b. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos administradores, totalizou R\$ 769 (R\$ 641 em 2021), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(635)	(524)
Encargos e benefícios	(134)	(117)
Total	(769)	(641)

c. Dividendos a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Furnas Centrais Elétricas	19.782	10.594
Gebbras Participações	20.590	11.027
Total	40.372	21.621
Circulante	16.140	21.621
Não circulante	24.232	-

9 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Schneider Electric	-	233
Furnas	1.190	875
Buriti Segurança	28	-
Outros	<u>106</u>	<u>192</u>
Total	<u>1.324</u>	<u>1.300</u>

10 Debêntures

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$325.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES e FCO, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 31, de 07 de janeiro de 2021, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2022	31/12/2021
Itaú BBA	IPCA + 6,0548% a.a.	160.862	162.049
BTG Pactual	IPCA + 6,0548% a.a.	<u>160.862</u>	<u>162.049</u>
Total		<u>321.724</u>	<u>324.098</u>
Circulante		30.399	27.979
Não circulante		291.325	296.119

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Captação	314.388
Provisão de juros	11.155
Variação monetária	17.056
Apropriação custos de transação	442
(-) Amortização de principal	(10.205)
(-) Pagamento de juros	<u>(8.738)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>324.098</u>
Provisão de juros	21.665
Variação monetária	18.088
Apropriação custos de transação	885
(-) Amortização de principal	(22.067)
(-) Pagamento de juros	<u>(20.945)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>321.724</u>

b. Garantias

A Companhia, através do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 GOIAS TRA: CCO-2010-002 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As intervenientes Furnas e Gebbras alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

c. Covenants

O contrato contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias, sendo a primeira verificação realizada com base no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Caso o ICSD mínimo fique no intervalo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*, conforme cálculo abaixo, definido no contrato.

i. Índice de cobertura da dívida

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) regulatório antes do imposto de renda	15.848	5.312
(+) Resultado financeiro líquido	36.139	33.438
(+) Depreciação	13.042	15.031
EBITDA (conforme metodologia do Contrato)	65.029	53.781
A) Geração de caixa da atividade		
EBITDA (conforme metodologia do Contrato)	65.029	53.781
(-) IRPJ/CSLL (Pagamentos)	(2.956)	(2.023)
(+/-) Variação capital giro	1.973	2.542
	64.046	54.300
B) Serviço da dívida do contrato de debêntures		
(+) Amortização do principal	22.067	19.229
(+) Pagamento de juros	20.945	16.874
	43.012	36.103
C) Índice de cobertura da dívida (A/B)	1,49	1,50

11 Outras contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	688	407
RGR	563	264
Taxa de fiscalização	916	873
Antecipação Aviso de Crédito	170	2.399
Outros	428	296
Total	2.765	4.239

12 Provisões para riscos

A Companhia está envolvida em processos cíveis e tributários, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Cível	Tributário	Total	Cível	Tributário	Total
Risco Provável (a)	13	-	13	11	-	11
Possível (b)	5.222	18.938	24.160	355	18.192	18.547
	5.235	18.938	24.173	366	18.192	18.558

- a) **Processos prováveis:** Composto por processo de indenização por passagem de servidão.
- b) **Processos possíveis:** Composto por um processo no valor de R\$ 380 (355 em 2021) referente a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, pleiteando liminarmente a suspensão das obras da Linha de Transmissão, um processo de ação anulatória de auto de infração referente a ICMS DIFAL no montante de R\$ 18.938 (18.193 em 2021) e por processos de passagem de servidão.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 174.095, representado por 315.195.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Furnas - Centrais Elétricas S.A.	154.445.648	49	85.307	154.445.648	49	85.307
Gebbras Participações Ltda.	160.749.552	51	88.788	160.749.552	51	88.788
Total	315.195.200	100	174.095	315.195.200	100	174.095

No dia 11/10/2021 a Companhia efetuou a redução do capital e a devolução para os Acionistas no montante de R\$ 141.100 de acordo com a ata da 40ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2021.

b. Reservas de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76 e definido no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

A apuração da reserva legal e dividendo mínimo obrigatório a partir do lucro líquido societário está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido societário do exercício	78.953	90.953
Reserva legal (5%)	<u>(3.948)</u>	<u>(4.548)</u>
Lucro líquido societário do exercício ajustado	<u>75.006</u>	<u>86.405</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	18.751	21.601
Reserva de retenção de lucros (societário)	56.255	64.804

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2021	<u>161.285</u>
Constituição reserva de lucros	60.203
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	<u>221.448</u>

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2021	<u>21.621</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	18.751
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	<u>40.372</u>

14 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.189	2.632
Outras receitas financeiras	<u>232</u>	<u>76</u>
	<u>5.421</u>	<u>2.708</u>
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos e debêntures	(21.665)	(18.084)
Atualizações monetárias	(18.465)	(17.107)
Outras despesas financeiras	<u>(1.430)</u>	<u>(959)</u>
	<u>(41.560)</u>	<u>(36.150)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(36.139)</u>	<u>(33.442)</u>

15 Impostos e contribuições

a. PIS e COFINS - Deduções da receita

	31/12/2022	31/12/2021
Receita anual permitida (RAP)	82.410	71.112
Alíquota de PIS e COFINS	<u>3,65%</u>	<u>3,65%</u>
Imposto corrente no resultado	<u>(3.008)</u>	<u>(2.595)</u>

b. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	82.410	82.410	71.112	71.112
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	6.593	9.889	5.689	8.533
Receitas financeiras	5.274	5.274	2.706	2.706
Base de cálculo	11.867	15.163	8.395	11.239
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.780)	(1.365)	(1.259)	(1.011)
Adicional de 10% - IRPJ	(1.163)	-	(816)	-
Imposto corrente no resultado	(2.943)	(1.365)	(2.075)	(1.011)

16 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	13.029	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	23.064	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	8.772	
Outros créditos	Custo amortizado	341	
		45.206	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Debêntures	Custo amortizado	321.724
Fornecedores	Custo amortizado	1.324
Dividendos a pagar	Custo amortizado	40.372
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.765
		366.185

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09 (Reapresentado)	
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	15.434	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	18.540	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	7.793	
Outros créditos	Custo amortizado	344	
		42.111	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09 (Reapresentado)
Debêntures	Custo amortizado	324.098
Fornecedores	Custo amortizado	1.300
Dividendos a pagar	Custo amortizado	21.621
Outras contas a pagar	Custo amortizado	4.117
		351.136

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas demonstrações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

c. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (IPCA).

d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e do IPCA.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2022, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,65	10,24	6,83
Aplicações financeiras		35.759	4.881	3.662	2.442
Impacto no resultado			-	(1.219)	(2.439)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		5,92	7,40	8,88
Debêntures		321.724	19.046	23.808	28.569
Impacto no resultado			-	(4.762)	(9.523)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

17 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores	30.000	30/04/2022 a 30/04/2023
Risco operacional	105.353	30/04/2022 a 30/04/2023
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2022 a 30/04/2023

18 Meio ambiente

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

19 Compromissos

Tendo em vista o Reforço outorgado pela Aneel através da Resolução Autorizativa nº. 9.997/2021, com uma RAP de R\$2.580 e estimativa de custo de R\$22.696, para a instalação do 1º reator de barra 500 kV da SE Trindade, a Companhia celebrou contratos para a implantação do Empreendimento. A construção da ampliação teve início em janeiro de 2022 e tem previsão de término para março de 2023.

20 Conciliação das demonstrações societárias para regulatórias

Nos termos do Despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016 a Companhia elaborou suas demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Considerando que parte substancial das notas explicativas são comuns tanto à prática societária quanto à regulatória, abaixo estão sendo apresentados os ajustes necessários para conciliação das demonstrações societárias e regulatórias:

Goiás Transmissão S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2022

Balanco patrimonial		31/12/2022			31/12/2021		
		Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
<i>(Em milhares de Reais)</i>							
Ativo circulante							
		13.029	-	13.029	15.434	-	15.434
		8.772	-	8.772	7.793	-	7.793
	21.1	65.181	(65.181)	-	58.337	(58.337)	-
		-	473	473	-	473	473
		341	-	341	344	-	344
		87.323	(64.708)	22.615	81.908	(57.864)	24.044
Ativo não circulante							
		23.064	-	23.064	18.540	-	18.540
	21.1	704.326	(704.326)	-	633.611	(633.611)	-
		122	-	122	122	-	122
	21.2	544	400.223	400.767	415	395.276	395.691
	21.2	-	16.317	16.317	-	16.317	16.317
		728.056	(287.786)	440.270	652.688	(222.018)	430.670
		815.379	(352.494)	462.885	734.596	(279.882)	454.714
Passivo circulante							
		1.324	-	1.324	1.300	-	1.300
		30.399	-	30.399	27.979	-	27.979
		1.810	-	1.810	1.379	-	1.379
		16.140	-	16.140	21.621	-	21.621
		2.765	-	2.765	4.239	(22)	4.217
		52.438	-	52.438	56.518	(22)	56.496
Passivo não circulante							
		291.325	-	291.325	296.119	-	296.119
		13	-	13	11	-	11
		24.232	-	24.232	-	-	-
	21.3	51.788	(51.788)	-	46.568	(46.568)	-
		367.358	(51.788)	315.570	342.698	(46.568)	296.130
Patrimônio líquido							
		174.095	-	174.095	174.095	-	174.095
		221.488	-	221.488	161.285	-	161.285
	21.5	-	(300.706)	(300.706)	-	(233.292)	(233.292)
		395.583	(300.706)	94.877	335.380	(233.292)	102.088
		815.379	(352.494)	462.885	734.596	(279.882)	454.714

Demonstração de resultado		31/12/2022			31/12/2021		
		Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
<i>(Em milhares de Reais)</i>							
Receita líquida	21.4	150.895	(74.728)	76.167	142.271	(76.644)	65.627
Pessoal		(591)	-	(591)	(377)	-	(377)
Serviços de terceiros		(6.811)	-	(6.811)	(6.496)	-	(6.496)
Depreciação e amortização	21.2	-	(12.990)	(12.990)	-	(14.981)	(14.981)
Outros custos operacionais		(1.373)	295	(1.078)	(1.866)	448	(1.418)
Total dos custos operacionais		(8.775)	(12.692)	(21.470)	(8.739)	(14.533)	(23.272)
Pessoal e administradores		(1.520)	-	(1.520)	(1.291)	-	(1.291)
Serviços de terceiros		(896)	-	(896)	(1.642)	-	(1.642)
Depreciação e amortização		(72)	19	(53)	(83)	34	(49)
Outras receitas (despesas)		(35)	(206)	(241)	(585)	(37)	(622)
Total das despesas operacionais		(2.523)	(187)	(2.710)	(3.601)	(3)	(3.604)
Receitas financeiras		5.421	-	5.421	2.708	-	2.708
Despesas financeiras		(41.561)	1	(41.560)	(36.150)	3	(36.147)
Resultado financeiro líquido		(36.140)	1	(36.139)	(33.442)	3	(33.439)
Resultado antes dos impostos		85.650	(69.802)	15.848	96.489	(91.178)	5.311
Imposto de renda e contribuição social	21.3	(6.696)	2.388	(4.308)	(5.536)	2.450	(3.086)
Lucro líquido do exercício	21.6	78.954	(67.414)	11.540	90.953	(88.728)	2.225

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

20.1 Contas a receber (ativo de contrato)

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Na contabilidade societária são efetuados lançamentos, com expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização), e atualizações dos saldos.

Esses lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto no CPC 47 – Receita de Contrato de Clientes, mas que para fins de contabilidade regulatória, tais práticas não são adotadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

As diferenças identificadas entre o Ativo de contrato e o Ativo Imobilizado Regulatório, ocorrem em função da aplicação do CPC 47 na contabilidade societária. Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

20.2 Imobilizado/Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação deste pronunciamento.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado/intangível, sendo depreciado/amortizado em conformidade com o referido manual.

20.3 Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento de receitas de construção e remuneração oriundos da adoção do CPC 47, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

20.4 Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, eliminando assim os efeitos do CPC 47.

- (i) **Receita de construção:** durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.
- (ii) **Receita de remuneração:** corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa interna de retorno estimada no início do contrato e fixa durante todo o prazo da concessão, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.
- (iii) **Receita de operação e manutenção:** após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

20.5 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos do exercício societário	395.583	335.380
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(352.494)	(279.860)
Efeito dos impostos	51.788	46.568
Saldos do exercício regulatório	94.877	102.088

20.6 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido conforme contabilidade societária	78.954	90.953
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(69.802)	(91.178)
Efeito dos impostos	2.388	2.450
Lucro líquido regulatório	<u>11.540</u>	<u>2.225</u>

* * *

José Mauro Martins Leone
Diretor-administrativo-financeiro

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão
Contador
CRC GO-001605/O